

A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: Uma Interpretação Pós-Keynesiana

Adriana M. Amado

Professora do Departamento de Economia
da Universidade de Brasília -UnB

RESUMO

Este artigo parte de uma abordagem pós-keynesiana de incerteza, tempo e moeda, e seguindo os modelos apresentados por Chick e Dow, que adaptam essas abordagens gerais à questão regional, procura analisar a dinâmica financeira regional no Brasil. Conclui que as diferenças estruturais profundas que se observam entre as diferentes regiões no Brasil conduzem a uma dinâmica que tende a reforçar os círculos viciosos que ampliam as desigualdades regionais ao invés de reduzi-las como prevêem os modelos ortodoxos.

PALAVRAS-CHAVE

desenvolvimento regional, sistema financeiro, pós-keynesiano

ABSTRACT

This paper analyses the regional question in Brazil under a Post-Keynesian approach to uncertainty, time and money. The analysis is based on the models developed by Chick and Dow on money at the regional level. We conclude that the deep structural differences of the regions in Brazil lead the financial dynamic of the country to reinforce the vicious circles that amplify the regional economic gap among regions, which is the opposite conclusion that is predicted by orthodoxy.

KEY WORDS

regional development, financial system, Post Keynesian

INTRODUÇÃO

A questão regional no Brasil tem sido discutida sempre em termos da dinâmica das variáveis reais. A interferência das variáveis monetárias e financeiras, até o presente, não nos parece ter recebido a devida atenção. Este fato pode ser consequência de três elementos principais: a) o tratamento dado à moeda pela teoria ortodoxa, onde esta é um agilizador de trocas e não afeta a esfera real da economia, e o consequente tratamento dado à esfera financeira, que identifica os depósitos com a poupança e atribui ao sistema financeiro o papel de mero intermediário entre poupadores e investidores, sendo, portanto, ele mesmo neutro; b) a adoção da posição horizontalista, em que a oferta de moeda é absolutamente acomodativa das variáveis reais e, portanto, a moeda não tem como interferir na dinâmica de acumulação da economia e; c) a inexistência de dados que possibilitem uma análise adequada da questão financeira em termos regionais. O último elemento efetivamente restringe as análises financeiras. Contudo, apesar da precariedade dos dados existentes no Brasil, cremos que seja possível analisar a dinâmica monetária e inferir algumas conclusões importantes dessa análise. Para tanto, na primeira seção deste trabalho faremos uma exposição resumida do modelo teórico com que trabalharemos. Esse modelo supõe a moeda como sendo uma variável fundamental no processo de acumulação de economias monetárias de produção. Em seguida, analisaremos o caso brasileiro, ressaltando cada uma das variáveis que nos parece relevante para a compreensão da dinâmica financeira e monetária do referido modelo.

1. O MODELO

Analisaremos o caso brasileiro sob um referencial teórico pós-keynesiano¹ em que a moeda não é neutra, tanto no curto quanto no longo prazos. Isso é constatado na literatura geral, mas foi pouco analisado em nível regional. Contudo, é difícil crer que um elemento que é analiticamente tão importante no nível geral da economia não possua nenhum papel a desempenhar em nível regional. Dow,² com seu trabalho inovador nesta área, nos fornece as principais ferramentas para que possamos compreender e analisar o caso brasileiro. O modelo desenvolvido por esta autora toma os principais elementos da análise pós-keynesiana sobre a relação entre moeda e produção e procura observar o que aconteceria se esses elementos fossem analisados em economias estruturalmente muito diversas e que não possuem barreiras aos fluxos de mercadorias e capitais.

1. Cabe ressaltar que não analisaremos a posição pós-keynesiana neo-ricardiana neste texto.
2. DOW (1982, 1987, 1990) e CHICK & DOW (1990).

No modelo pós-keynesiano as noções de tempo, incerteza e moeda são fundamentais para a compreensão de uma economia monetária de produção em que a moeda não é neutra e, portanto, tem o poder de interferir na trajetória de seu crescimento.

A noção de tempo utilizada é a de tempo histórico em que não há a possibilidade de reversão, ou seja, o tempo é uma grandeza unidirecional. Ele flui do passado para o futuro e o movimento do agente no tempo não é permitido. Isso ocasiona duas conseqüências: a) as ações são irreversíveis e os agentes sabem disso; b) não há como se definir as distribuições de probabilidades relevantes para a tomada de decisão.

A incerteza radical a que se sujeitam os agentes decorre do tempo histórico. A principal característica da incerteza é seu caráter não quantificável, ou seja, os agentes não podem usar os métodos que se baseiam na teoria de probabilidades tradicional para lidar com a incerteza. Dado que esses métodos são inadequados para a tomada de decisão, o agente terá que basear seu processo decisório em outros elementos. Dentre as formas de lidar com a incerteza temos: a) *animal spirits* e b) convenções. Ambos fogem ao tratamento dado ao risco pela teoria tradicional da probabilidade e isso é decorrência da diferença essencial entre risco e incerteza.

Nesse ambiente, a liquidez surge como um elemento fundamental, porque dá flexibilidade aos agentes em um mundo incerto e, portanto, ela passa a ter valor por si mesma. A moeda, representante máxima da liquidez e base dos contratos (que reduzem a incerteza dos agentes), passa a ser um elemento fundamental. Dadas as especificidades da moeda, os agentes ao demandarem-na geram vazamentos no fluxo de renda e com isso surge a possibilidade teórica de crise. O preço pago para que o agente abra mão da liquidez, e da sua representante máxima, a moeda, é a taxa de juro. Dado que o investimento só ocorrerá quando a eficiência marginal do capital se igualar à taxa de juro, esta última, que é uma variável monetária, acaba colocando limites à acumulação quando cresce para desestimular a retenção de liquidez.

A liquidez, por sua vez, depende de arranjos institucionais. Esses arranjos vão possibilitar o surgimento de uma escala de liquidez na qual os diversos ativos vão se enquadrar. A moeda é o limite superior dessa escala.

Passando do aspecto geral da não-neutralidade da moeda para sua dimensão regional e assumindo a caracterização que faremos de centro e periferia, cabe analisar o comportamento financeiro dos agentes nesses dois sistemas diferenciados, que têm como uma de suas principais particularidades estarem sujeitos, irrestritamente, a fluxos de capitais e mercadorias entre si.

O modelo em questão assume dois grupos de regiões (centrais e periféricas), e a partir das principais características estruturais desses dois grupos passa a adotar o referencial monetário pós-keynesiano, procurando analisar quais seriam os diferentes comportamentos dos agentes em relação à moeda nesses dois grupos de regiões. O Quadro 1³ apresenta as principais características estruturais dos dois grupos de regiões a partir das quais o modelo teórico é desenvolvido.

QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CENTRO E DA PERIFERIA

	Centro	Periferia
Trajетórias de Crescimento	Estáveis	Instáveis
Variável Dinâmica para o Crescimento	Endógena	Exógena (Exportações)
Concentração da Produção (Setores)	Secundário e Terciário	Primário e Terciário
Propensão a Importar	Baixa	Alta
Arranjos Institucionais (Desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Mercado Financeiro (Desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Liquidez dos Ativos	Alta	Baixa
Bases para Difusão de Informações	Sólidas	Voláteis
Incerteza	Pequena	Grande

Essa caracterização geral poderia ser enriquecida se introduzíssemos a noção de centro e periferia de J. Friedman (1972), que se relaciona com o *locus* onde ocorre a geração de inovações. O centro seria responsável pela inovação e a periferia adaptar-se-ia e absorveria esta inovação com um certo hiato de tempo. Isso acabaria por dar vantagens ao centro em detrimento da periferia. Apesar desse modelo ser desenvolvido para inovações que ocorrem na esfera real da economia, ele pode ser adaptado para as inovações financeiras. Desta forma, mostra como inovações

3. Essa caracterização é exposta por DOW (1982). O objetivo do Quadro 1 é esquematizar as diferenças estruturais entre o centro e a periferia sem, contudo, tecer considerações sobre os elementos que historicamente levaram a essa diferenciação. Isso decorre de nosso interesse estar centrado na análise da dinâmica monetária decorrente da inter-relação entre esses dois grupos de regiões.

financeiras ocorrem sempre no centro, o que dá vantagens aos bancos daquelas regiões em detrimento dos bancos da periferia. Geram-se, assim, círculos viciosos que concentram ainda mais a dinâmica financeira no centro.

As diferenças observadas no Quadro 1 levam, como veremos adiante, a preferências pela liquidez distintas e, conseqüentemente, a impactos diferenciados da moeda sobre o crescimento de cada economia.

Se analisarmos o comportamento esperado dos multiplicadores monetários, chamado por Chick de estágio 2⁴ do desenvolvimento bancário, teremos alguns elementos fundamentais para compreender o que ocorrerá nesse sistema depois que este estágio é superado, ou seja, o sistema se liberta das restrições que lhe são impostas em relação à decisão de estender crédito.

Em termos gerais, os multiplicadores monetários relacionam-se inversamente com a preferência pela liquidez dos agentes. A preferência pela liquidez tende a se manifestar por meio dos coeficientes reservas/depósitos mantidos pelos bancos e *cash*/depósito mantidos pelos agentes. Em nível regional, para analisar esses multiplicadores, temos ainda que considerar os vazamentos reais e financeiros, que retiram liquidez da economia, ou seja, os fluxos de capitais e os resultados da balança comercial: quanto maiores esses vazamentos menores os multiplicadores. Na periferia observamos uma maior instabilidade. Portanto, a preferência pela liquidez dos agentes tende a ser maior, tanto pelo motivo precaução quanto pelo motivo especulação aumentando a demanda por moeda. O motivo precaução está associado a gastos imprevistos ou ganhos absolutamente imprevistos. Como a instabilidade é maior nessas economias, a incerteza também é maior e, então, a parte da renda que é retida na forma de moeda tende a ser maior nessas economias do que nas economias centrais. A esse fato soma-se a menor liquidez dos ativos dessa região, que está associada aos arranjos institucionais mais frágeis que a caracterizam e que por si só já aumenta a demanda por moeda pelo motivo precaução. Como essas economias estão sujeitas a uma maior instabilidade, os agentes tendem a ter uma demanda especulativa por moeda maior, lhes sendo dada a possibilidade não só de especular com ativos da própria região como também de especular com ativos da região central.

4. O estágio 2 corresponde ao momento em que os depósitos bancários já são considerados meios de pagamentos e as reservas restringem a extensão de crédito e não mais os depósitos. (CHICK, 1986) A caracterização dos estágios do desenvolvimento bancário foi feita por Chick ao tentar determinar as relações de causalidade entre reservas, empréstimos e depósitos.

Por outro lado, nas regiões periféricas observam-se níveis de renda mais baixos e isso leva a uma relação *cash*/depósitos maior. Nessas regiões o setor informal tem uma maior participação na economia como um todo, o que reduz ainda mais a penetração do setor financeiro, seja porque os elementos desse setor são elementos de baixa renda, e nesse caso a barreira de renda é a relevante, ou porque a natureza do setor os afasta do sistema. O sistema financeiro tem uma menor penetração no tecido social, uma vez que ele não aceita elementos de baixa renda, que, conseqüentemente, passam a demandar mais *cash*.

A maior demanda especulativa por moeda nas economias periféricas, decorrente da maior incerteza, também reduz os multiplicadores monetários. Mas no caso das economias regionais há um agravante extra. Como vimos, os mercados financeiros da periferia são menos ativos que os do centro. Assim, os agentes da periferia tendem a manifestar suas maiores preferências pela liquidez, demandando ativos das economias do centro, e com isso causam vazamentos nos fluxos monetários, que acabarão gerando um menor multiplicador monetário. O *background* institucional mais sólido dos ativos do centro também os torna mais atraentes aos agentes da periferia.

Os bancos, por sua vez, também apresentam uma maior preferência pela liquidez nas economias periféricas, dada a maior instabilidade e incerteza dessas economias. A maior incerteza faz com que os bancos adotem um comportamento mais cauteloso no que se refere à extensão de empréstimos, o que se reflete em uma razão reservas/depósitos mais elevada e, conseqüentemente, em menores multiplicadores. Bancos que têm suas sedes no centro enfrentam um problema extra, que se refere à base mais volátil de difusão de informações sobre as economias periféricas e a forma remota com que eles acessam essas informações. Portanto, estes bancos são mais reticentes em estender crédito à periferia do que os próprios bancos da periferia. Ao mesmo tempo, o caráter convencional do processo decisório acaba atuando como um elemento a mais que impede a criação de crédito nessas regiões.

Outra importante questão que se coloca diz respeito aos redepósitos. Este é um elemento importante na decisão de emprestar do banco, tanto em termos nacionais quanto em termos regionais. (ver TOBIN, 1982) Contudo, considerando o sistema bancário como um todo, podemos observar que em nível nacional o redepósito tende a ser bastante alto. Entretanto, em termos regionais isso não se verifica, pois há a possibilidade de vazamento do crédito criado de uma região para a outra. Como a periferia está sujeita a intensas saídas de reservas, decorrentes de seus déficits reais e financeiros, os redepósitos dos bancos destas regiões são sempre

reduzidos e com isso a idéia de Keynes de um *revolving fund*⁵ desaparece em nível regional. Bancos que operam nacionalmente e com sede no centro não enfrentam grandes problemas, pois os depósitos que eles perdem na periferia são recuperados no centro. Por outro lado, os bancos da periferia têm que estar particularmente atentos ao tipo de atividade que financiam, de forma a que essas atividades tenham o máximo de elos de ligação internos à região, de maneira que os redepósitos regionais, decorrentes de um determinado empréstimo, sejam altos. Ao agirem assim, esses bancos estão beneficiando atividades que possuem um impacto multiplicador maior em nível regional, tanto em termos reais quanto financeiro. Daí decorre a importância que esses bancos possuem para as economias regionais.

2. ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Neste artigo estaremos basicamente interessados em analisar o caso brasileiro depois da mudança de ênfase e estratégia da política regional do Brasil, ou seja, após a criação da SUDENE, que foi um marco na mudança da concepção de política regional brasileira. Primeiro, é importante observar que a política que foi seguida terminou por transformar o cenário regional e alguns dos traços característicos do nosso modelo de centro e periferia, ainda que as relações principais fossem mantidas. Como fruto dessas políticas tivemos mudanças estruturais bastante intensas na periferia, que deixou de ter sua produção centrada no setor primário e terciário e passou a concentrar seu parque produtivo no setor secundário e terciário. Houve neste período uma certa homogeneização da distribuição setorial (primário, secundário e terciário)⁶ do produto. Contudo, se descermos mais a fundo, perceberemos que esse processo mantém elementos fundamentais da relação entre centro e periferia, sobretudo no que diz respeito “à dependência e à complementaridade” das relações entre esses dois sistemas, como muito pertinentemente observa Araújo (1981). O lado real dessas transformações já foi relativamente bem analisada pela literatura, mas a questão financeira foi sempre relegada a um segundo plano, e essa análise será nossa preocupação fundamental neste artigo.

-
5. O desenvolvimento da noção de um *revolving fund* em condições de crescimento estável se dá dentro da noção do motivo finança para a demanda de liquidez em Keynes.
 6. Todavia, apesar da convergência das participações dos grandes setores, se desagregarmos esses setores perceberemos que há ainda uma profunda heterogeneidade regional.

3.1 A Reforma Financeira e o Processo de Concentração Bancária

O período que nos propomos a analisar tem seu início marcado por três elementos fundamentais: um de caráter regional e dois de caráter geral.

O primeiro deles diz respeito ao surgimento dos incentivos fiscais como uma forma de redirecionar poupança e intervir na estrutura produtiva das economias periféricas. Esse instrumento, apesar de ter um peso bastante importante nas economias regionais, acabou sendo aprisionado por círculos viciosos que transferiram grande parte de seus benefícios para as economias centrais, por meio da forma como se deu a integração da nova economia periférica às economias centrais.⁷ Contudo, ele foi um importante instrumento de intervenção e veio seguido por algumas facilidades no que diz respeito à disponibilidade de crédito para as economias periféricas, o que demonstra uma certa preocupação com as limitações financeiras que essas economias podiam estar sofrendo.

Os outros dois elementos referem-se à reforma financeira e ao processo de concentração bancária por que passou a economia brasileira após o período 1964/65.

A reforma financeira estava perfeitamente de acordo com a análise feita pelos economistas ligados ao grupo que assumiu o poder com o golpe militar de 1964. Com ela criavam-se mecanismos de incentivo à poupança e ao desenvolvimento de um mercado de capitais que se encontrava restrito por excessiva regulamentação. Criavam-se títulos governamentais indexados e com isso lançavam-se as bases para a posterior generalização da indexação na economia brasileira. Concomitantemente, transferia-se o poder de controle da liquidez da SUMOC para o Banco Central, que tinha como um dos elementos fundamentais justificadores de sua criação o controle da liquidez que parecia ser, aos formuladores da reforma, o principal elemento causador da alta inflação brasileira.

Simultaneamente, ocorria um processo induzido de concentração bancária.⁸ O objetivo explícito dessa política era criar economias de escala no setor financeiro e fortalecê-lo, reduzindo, assim, o risco de insolvência do sistema. Os resultados desse processo parecem ter sido bastante diversos dos objetivos postulados pelas

7. Em recente artigo ROLIM *et alii* (1996) procuraram analisar as transferências de recursos das economias periféricas para as economias centrais. Contudo, ao contrário de nossa análise, os autores tomaram por base a dinâmica real da economia e identificaram os vazamentos financeiros com transferências de poupança, o que diverge de nossa análise

8. Antes da adoção das medidas que favoreciam a concentração bancária já se verificava um processo “natural” de concentração. Contudo, as dimensões do mesmo só foram alcançadas em decorrência de uma política expressa no sentido de favorecer a fusão e incorporação de bancos menores pelos maiores. Para o caráter induzido desse processo e suas dimensões, ver MENDES (1988); MARQUES (1982 e 1985); MOREIRA (1984).

autoridades econômicas da época.⁹ Esses mecanismos, que levaram à concentração, trouxeram importantes mudanças para o sistema bancário nacional, entre elas o fato de se ter desregionalizado o sistema financeiro, que até esta época operava restrito a uma dada base regional. Até esse momento, o único banco que realmente possuía um caráter nacional era o Banco do Brasil. A partir daí criou-se um sistema que tinha por base os bancos nacionais e não mais os sistemas regionais. (CORRÊA, 1989)

A concentração bancária pode ser observada sobretudo no que diz respeito ao patrimônio líquido e à captação de depósitos. Quando se analisa a participação dos maiores bancos na criação de crédito observa-se que suas participações são menores. Portanto, estava-se incentivando a concentração no segmento que era menos responsável pela extensão de créditos, que deveria ser o elemento a ser estimulado (Tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DOS QUATRO MAIORES BANCOS NOS DEPÓSITOS, EMPRÉSTIMOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)

	Depósitos	Empréstimos	Pat. Líquido
1968	15	14	11
1984	24	15	40

Fonte: MARQUES (1982, p. 161).

Pode-se dividir as políticas de estímulo à concentração bancária em dois grupos: por um lado, havia aquelas que tinham por base a restrição à abertura de novas agências bancárias e criavam incentivos fiscais e financeiros para a incorporação e fusão de bancos; por outro, havia as políticas que tinham um impacto regional marcante, ou seja, aquelas medidas que colocavam restrições à abertura de novas agências nas regiões centrais e não faziam qualquer restrição em relação às regiões periféricas. Esse segundo grupo estimulou a extensão da rede bancária em regiões periféricas e restringiu-a nas regiões centrais. Dada esta última característica do processo de concentração bancária, podemos observar que este teve impactos muito mais intensos nas regiões centrais do que nas periféricas. Isso, contudo, não contradiz o modelo teórico aqui adotado, uma vez que essa diferença no processo de concentração decorre de medidas de política econômica e não da existência de uma lógica endógena ao modelo que leve à desconcentração regional, como pensam os teóricos ortodoxos.

9. Para uma discussão a esse respeito ver BOUZAN (1973) e MENDES (1988).

3.2 A Participação do Sistema Financeiro na Renda Regional

A análise da distribuição regional da renda gerada pelo setor financeiro mostra que houve um crescimento dessa renda mais acelerado nas regiões periféricas do que na região central (Sudeste). Contudo, se tomarmos o cuidado de analisar São Paulo separadamente perceberemos que isso reflete muito mais uma perda dos demais Estados dentro da região Sudeste do que propriamente uma mudança na posição relativa de São Paulo, no conjunto do País (Tabela 2).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA RENDA DO SETOR FINANCEIRO (%)

	Nordeste	Sudeste	São Paulo
1960	9.19	73.92	35.34
1970	14.31	61.19	35.09
1985	12.09	56.7	35.2

Fonte: AMADO (1995).

Com relação às participações do setor financeiro na renda regional, podemos observar que tal participação cresce muito mais rapidamente nas regiões periféricas do que nas regiões centrais. cremos que esses dois fatos foram decorrentes da facilidade que a política de incentivo à concentração bancária criou em relação à extensão da rede bancária nas regiões periféricas, ao contrário do que ocorreu nas regiões centrais (Tabela 3).

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO NA RENDA REGIONAL (%)

	Nordeste	Sudeste
1960	4.16	7.9
1970	7.73	5.8
1985	9.76	10.56

Fonte: AMADO (1995).

3.3 Depósitos e Crédito

De acordo com o referencial teórico adotado, o crédito é o ponto inicial da dinâmica financeira. Em termos nacionais, o crédito cria depósitos que permitem a criação de novos créditos. Contudo, em nível regional existem vazamentos financeiros

que não permitem o perfeito funcionamento deste círculo. Desta forma, é fundamental para os bancos observar o comportamento dos redepósitos do crédito, de forma a tomar decisões adequadas relativas à extensão de novos créditos.

A análise dos depósitos é importante para observar a relevância que o sistema bancário atribui a cada região em termos da captura de novos depósitos. Contudo, isso pode ser uma profecia auto-realizável, dado que se os bancos crêem que uma determinada região é incapaz de gerar depósitos em um nível adequado, eles não estenderão suas redes bancárias para aquelas regiões e, assim, impossibilitarão a geração desses depósitos. Os bancos precisam observar seus níveis de depósitos, dado que estes são necessários para fechar seus balanços. Desta forma, a observação de perdas substanciais nos depósitos acaba levando a mudanças de expectativas em relação ao setor/região em que os bancos estão estendendo crédito. Destarte, vazamentos financeiros/monetários acabam gerando expectativas pessimistas e, conseqüentemente, conduzem a reduções na extensão de novos créditos.

Em termos dos bancos como um todo, podemos observar uma forte concentração dos depósitos na região central (Sudeste). São Paulo aumentou sua participação no total de depósitos ao longo do período analisado. Contudo, essa tendência permanente não se observa para o Sudeste como um todo. Isso pode implicar uma redistribuição interna dos depósitos na região em favor de São Paulo. Se observarmos o Banco do Brasil isoladamente, perceberemos que o Nordeste amplia sua participação no período. Esse aumento na participação do Nordeste nos depósitos do Banco do Brasil relaciona-se com a política seguida por esta instituição de abertura de novas agências na periferia, o que termina por fazer com que esse banco tenha um acesso maior aos depósitos gerados nessa região. Com relação aos bancos federais de caráter regional (BNB/BASA), podemos observar que a base de depósitos dessas instituições está nas regiões alvo das mesmas. A relevância dos depósitos das demais regiões é bastante reduzida. Finalmente, podemos analisar o caso dos bancos privados (após 1968). O Sudeste é a região que mais contribui para os depósitos dessas instituições, e dentro dela São Paulo destaca-se como sendo o maior contribuinte para a geração de depósitos (Tabela 4). Esse fato está absolutamente de acordo com o modelo teórico apresentado.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NOS DEPÓSITOS (%)

		Total	Banco do Brasil	BNB/BASA*	Bancos Privados
Nordeste	1960	6.96	5.17	-	-
	1968	10.57	6.85	78.43	8.34
	1970	10.7	7.55	76.47	8.22
	1980	12.14	10.81		
	1985		9.96	-	-
	1990	7.94	13.42	92.76	6.98
Sudeste	1960	65.53	47.85	-	-
	1968	59.88	-	18.23	78.47
	1970	61.72	45.38	19.41	77.12
	1980	60.63		-	-
	1985	-	39.43	-	-
	1990	69.86		4.96	83.15
São Paulo	1960	34.36	16.05	-	
	1968	32.57	14.09	12.12	48.72
	1970	34.18	16.74	14.35	49.55
	1990		-		65.50

*BNB/BASA- Nordeste e Norte estão somados em Nordeste.

Fonte: AMADO (1995).

Como vimos, as regiões periféricas apresentam problemas estruturais em relação à retenção de depósitos. Portanto, é de certa forma previsível, quando se trata de bancos privados operando dentro da lógica de maximização de lucro, que os depósitos das regiões centrais sejam o elemento fundamental para a estratégia de acumulação dos mesmos. Há ainda um outro fator que intensifica essa tendência: a rede bancária privada é menos desenvolvida nas regiões periféricas, o que acaba reduzindo a capacidade de esses bancos captarem os depósitos gerados nessas regiões.

A literatura usa como padronizador da distribuição de depósitos a distribuição populacional, uma vez que esta é considerada um melhor parâmetro do que a distribuição regional da renda. (DOW, 1990) No caso brasileiro há uma enorme discrepância entre essas duas variáveis, o que demonstra problemas com o sistema financeiro, mas guarda relação também com o problema das desigualdades das rendas regionais. Essa discrepância é também observada quando comparamos a distribuição dos depósitos e a distribuição da renda. Contudo, aqui as disparidades são menores.

Como observamos na seção teórica, as características estruturais da periferia levam os agentes a apresentarem uma maior preferência pela liquidez em relação às regiões centrais. Isso é basicamente uma consequência da maior instabilidade da periferia, tanto em termos reais quanto em termos financeiros. Também foi dito que o maior desenvolvimento dos mercados financeiros das regiões centrais torna seus ativos mais líquidos que os da periferia e, assim, os agentes preferem os primeiros como objeto para manifestarem sua preferência pela liquidez. Apenas analisando os balanços dos bancos não se pode ter uma noção precisa da preferência pela liquidez dos agentes nos dois sistemas, uma vez que eles podem estar retendo ativos líquidos do centro e isso se manifesta nos balanços dos bancos daquela região. Outro problema diz respeito à retenção de *cash*, ou seja, ao limite máximo da manifestação da preferência pela liquidez dos agentes. Esse elemento não pode ser mensurado devido a não disponibilidade de dados. Pelos motivos anteriormente expostos, é de se esperar que a periferia apresente uma maior razão *cash*/depósitos. Isso é consequência do reduzido nível de renda da população nas regiões periféricas, bem como da menos desenvolvida rede bancária, que resulta em um maior uso de *cash* nessas regiões. Outro elemento que contribui para essa tendência, e que é particularmente acentuado no Brasil, é a maior participação do setor informal nas regiões periféricas. Contudo, mesmo tendo todos esses limites em vista, podemos analisar os balanços dos bancos de forma a tentar derivar algumas conclusões a respeito da preferência pela liquidez dos agentes nos dois tipos de região.

A mera relação entre os depósitos de curto prazo e os depósitos totais deve ser analisada com certo cuidado, uma vez que estamos lidando com sistemas financeiros que operam em economias que são estruturalmente muito diferenciadas e isso pode implicar que a população local apresente formas diversas de inserção no sistema financeiro. Por exemplo, uma economia como a do Nordeste, em que grande parte da população não pode manter nenhum tipo de conta bancária, uma vez que os agentes não atingem o nível de renda mínimo que permita a entrada no sistema, tem uma relação diferente da de uma região com maior nível de renda. O sistema bancário nessa região tem uma rede de serviços mais reduzida, o que não permite o acesso fácil da população à mesma, reduzindo, em termos relativos, a liquidez dos depósitos. E mais, o setor informal, que é muito importante nessa economia, não tem acesso ao setor financeiro, o que deixa de lado um segmento importante da economia e compele esse segmento a usar mais *cash* em relação aos depósitos. Assim, a retenção e uso de *cash* nessas regiões é maior do que em regiões que possuem maiores níveis de renda. Por outro lado, como observa Dow (1990, p. 86), a relação depósitos de curto prazo/depósitos totais só pode ser considerada uma medida da preferência pela liquidez dos agentes se a manifestação de preferência pela liquidez em relação a outros ativos for a mesma em todas as regiões, o que claramente não é o caso. No caso do Brasil, pode-se observar que a relação depósitos de curto prazo/depósitos totais nas regiões periféricas é mais elevada do

que na região central, com exceção do Nordeste. Em 1990 os dados referem-se à relação depósitos à vista/depósitos totais. Como neste período a inflação era bastante alta, era de se esperar que os agentes fugissem dos depósitos à vista e, portanto, essa relação refletiria o acesso dos mesmos aos depósitos protegidos contra a inflação, que tinham liquidez bastante alta. Desta forma, as regiões centrais tenderiam a ter menores razões do que as regiões periféricas sem que isso indicasse uma menor preferência pela liquidez (Tabela 5).

Contudo, o caso do Norte e do Nordeste pode ser enviesado pela presença do BNB e do BASA, que recebem principalmente depósitos de longo prazo. Desta forma, se considerarmos todos os bancos, exceto BNB/BASA, nessas regiões poderemos observar que essa relação também é maior do que na região central, denotando maior preferência pela liquidez. A mesma tendência pode ser observada para períodos mais recentes, apesar de haver uma redução significativa dos depósitos à vista em consequência da aceleração inflacionária, sobretudo nos anos oitenta (Tabela 5).

TABELA 5 - RAZÃO DEPÓSITOS DE CURTO PRAZO/DEPÓSITOS TOTAIS

	Todos os Bancos			Todos os Bancos menos BNB/BASA	
	1968	1974	1990*	1968	1974
Norte	0.95	0.72	0.62	0.97	0.97
Nordeste	0.74	0.87	0.32	0.98	0.97
Sudeste	0.95	0.93	0.46	0.96	0.94
Sul	0.94	0.97	0.21	0.96	0.97
Centro-Oeste	0.99	0.99	0.21	0.99	0.99

*1990- Razão depósitos à vista/depósitos totais.

Fonte: AMADO (1995).

Como as economias periféricas são mais instáveis do que as centrais, a preferência pela liquidez tende a ser mais elevada nas primeiras. Contudo, como o sistema financeiro das economias centrais é mais desenvolvido do que o da periferia, os agentes tendem a manifestar essa mais elevada preferência pela liquidez em ativos do centro. Isso acaba por causar vazamentos no fluxo monetário da periferia. Concomitantemente, a periferia tende a apresentar déficits em sua balança comercial com o centro, o que causa novos vazamentos nos fluxos monetário e de rendas. Assim, há causas relacionadas à mais alta preferência pela liquidez dos agentes na periferia e aos vazamentos financeiros da periferia para o centro, que terminam reduzindo a possibilidade de criação de moeda na periferia e, assim, colocam restrições monetárias ao crescimento nessas áreas.

Como observamos anteriormente, a decisão relevante em termos de criação de moeda refere-se à extensão de crédito. A direção de causalidade parte do crédito para os depósitos e, assim, o elemento relevante é o crédito. No caso brasileiro, podemos observar que no período analisado a extensão de crédito para a periferia cresce. Após 1970 pode-se notar uma elevação na relação crédito/renda no Nordeste comparativamente às outras regiões. Essa tendência é também observada no Sul, mas o oposto se verifica no Norte. Contudo, desagregando o sistema financeiro, pode-se observar que essa tendência foi definida pela participação de bancos públicos, portanto, não é consequência de nenhum comportamento definido pela lógica privada. Se analisarmos o comportamento de São Paulo separadamente, no que tange à extensão de crédito pelos bancos privados, notaremos que estes, ao contrário, elevam a concentração de crédito para aquele Estado (Tabela 6).

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA RENDA, TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS PRIVADOS (%)

		NO	NE	SE	SP	S	CO
1960*	Renda	2.23	14.81	62.68	34.78	17.81	2.46
	Total Emp.	1.06	7.77	55.47	32.05	13.48	22.22
	Emp. Bancos Privados	1.4	8.13	76.87	46.03	12.18	1.42
1970	Renda	2.14	11.65	65.46	39.29	17.14	3.6
	Total Emp.	1.97	13.14	54.79	31.17	17.01	13.09
	Emp. Bancos Privados	1.14	8.9	76.04	47.56	11.93	1.99
1980	Renda	3.09	11.98	62.42	37.49	17.00	5.52
	Total Emp.	2.5	14.76	59.84	-	16.32	6.58
	Emp. Bancos Privados	-	-	-	-	-	-

*Todos os bancos exceto Banco do Brasil.

Fonte: AMADO (1995).

Desta forma, podemos concluir que a lógica privada vai no sentido de concentrar a criação de crédito na região central. Esta conclusão está de acordo com o modelo teórico analisado, uma vez que os bancos têm uma base mais sólida para a formação de expectativas nessas regiões, dado que a maioria dos bancos privados tem suas sedes localizadas nessas regiões. Essas economias também são mais estáveis, o que reduz a incerteza dos bancos. E mais, essas regiões apresentam redepósitos mais elevados do que as regiões periféricas e isso é um elemento extra que encoraja os bancos a estenderem crédito na direção das mesmas.

3.4 A Razão Empréstimos/Depósitos e os Linkages Reais e Financeiros

A forma mais comum com que se tem tratado a questão financeira em nível regional é a análise das relações empréstimos/depósitos para cada região e sua comparação com a média nacional. Contudo, se essa análise for desenvolvida isoladamente chega-se a conclusões completamente opostas à realidade. Ou seja, muitas vezes conclui-se que as regiões periféricas são receptoras líquidas de recursos financeiros, quando a realidade está apontando na direção oposta.

No caso brasileiro, observa-se que a relação empréstimos/depósitos é maior na periferia do que no centro. Essa relação, ao invés de indicar dinamismo por parte do crédito, demonstra os problemas de baixos redepósitos nas regiões periféricas. Isso é verdade particularmente para o Nordeste e o Sul. O Sudeste apresenta razões abaixo da média nacional, o mesmo acontecendo com o Centro-Oeste e o Norte. A baixa relação do Centro-Oeste justifica-se pela presença de Brasília e do Banco do Brasil, que capta depósitos em outras regiões que são registrados nesta região. Na periferia, essa relação encontra-se acima da média nacional para todo o período analisado (1960-90), com exceção do ano de 1966; já para São Paulo esta relação esteve abaixo da média nacional em todos os anos analisados.

Os bancos federais de cunho regional (BNB/BASA) apresentam um caráter bastante expansivo no que tange a essa relação em regiões periféricas. Isso demonstra que apesar do baixo redepósito desses bancos eles tendem a ter uma política de manutenção do nível de crédito para a região.

Com relação aos bancos privados, podemos observar que eles têm uma atuação bem mais restrita no que se refere à extensão de crédito. Neste caso, pode-se notar que as razões das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste encontram-se acima da média nacional. Isso demonstra, claramente, os problemas de captação regional de depósitos que essas instituições apresentam, que podem, em parte, ser decorrentes de sua limitada rede de serviços em regiões periféricas.

TABELA 7 - RAZÃO EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DAS REGIÕES EM RELAÇÃO AO BRASIL

		Total do Brasil	Banco	BNB/BASA Privados	Bancos
Nordeste	1960	1.117	1.423	-	-
	1970	1.228	1.013	1.082	
	1975	2.714	1.631	1.557	
	1980	1.216	-		
	1990	1.197	1.271	1.446	Sudeste
	1960	0.821	-	-	
	1970	0.888	0.345	0.986	
	1975	0.790	0.385	0.916	
	1980	0.987	-	-	
	1990	0.954	-	0.934	São Paulo
	1960	0.933	-	-	
	1970	0.912	0.069	0.960	
	1975	0.825	0.277	1.029	
	1980	-	1.785	-	
	1990	-	-	0.395	

Fonte: AMADO (1995).

Assim, observa-se uma tendência da periferia em apresentar maiores razões crédito/depósitos do que o centro. Na esfera real da economia as regiões periféricas apresentam déficits substanciais com as regiões centrais (especialmente com São Paulo) em todo o período analisado. Isso, em grande parte, justifica as relações acima comentadas. Ou seja, o crédito é criado nas regiões periféricas, mas os depósitos que deveriam resultar dessa criação de crédito vazam quase instantaneamente para as regiões centrais. A razão empréstimos/depósitos, conseqüentemente, se reduz na região central e se eleva nas regiões periféricas. Tal situação mostra aos bancos do centro que o redepósito é maior nas regiões centrais e que, portanto, é mais interessante estender crédito naquela direção do que na direção das economias periféricas, perpetuando a restrição de liquidez destas últimas. Aqui é importante salientar que o tipo de industrialização que foi seguida no Norte e Nordeste ao invés de reduzir essa tendência acentuou-a, uma vez que ela se baseou sobretudo em firmas extra-regionais, que eram muito mais integradas com as economias centrais do que com as economias regionais em que estavam atuando. Esse tipo de integração acabava gerando vazamentos reais e financeiros que reforçavam os problemas de retenção de liquidez nas regiões periféricas.

Como previamente observado, os bancos governamentais apresentam uma política de maiores facilidades de crédito para as regiões periféricas. Isso rompe, apenas parcialmente, o círculo vicioso gerado pelo sistema financeiro, uma vez que o papel

desempenhado pela nova finança nas regiões periféricas não é pleno. Ou seja, a nova liquidez não é retida pela região, mas desempenha seu papel de liquidez apenas uma ou duas vezes no sistema e vaza para as regiões centrais onde efetivamente desempenha seu papel de forma completa.

Sintetizando, no período de análise o Estado, enquanto elemento exógeno, ampliou a disponibilidade de crédito para a periferia. Contudo, elementos endógenos continuaram a desempenhar seus papéis e drenaram a liquidez criada para as regiões centrais. Assim, as comparativamente altas razões crédito/empréstimo observadas na periferia têm causas bastante específicas. Há diferenças fundamentais nas formas de penetração do sistema financeiro nos diferentes sistemas regionais. Na periferia, devido a causas variadas, já analisadas (baixos níveis de renda, altas participações do setor informal etc.), a integração do setor financeiro é mais frágil. Dada a reduzida rede bancária e sua menor integração nessas regiões, a capacidade de captar depósitos é reduzida.

A hipótese de que as diferenças institucionais entre o sistema financeiro periférico e o central levam os agentes a preferirem os ativos do centro para manifestarem suas preferências pela liquidez é também confirmada pela maior relação crédito/depósitos na periferia. Os déficits na balança comercial da periferia são um outro elemento que reforçam essa posição. No caso específico do Brasil, pode-se observar que as políticas de industrialização levadas a cabo na periferia resultaram na intensificação dos vazamentos reais e financeiros, tendo em vista que a industrialização baseou-se em capital extra-regional, que era muito mais integrado com suas regiões de origem do que com as regiões periféricas em que este se instalou. Isso reforçou a tendência a razões crédito/depósitos mais elevadas na periferia. Assim, as políticas de facilidade de crédito, seguidas pelos bancos governamentais, não tiveram impacto significativo na periferia porque os vazamentos reais e financeiros resultaram no redirecionamento da nova finança para as regiões centrais.

Confirmam-se, pois, as hipóteses observadas na seção teórica, ou seja, as regiões periféricas sofrem limites de crédito, que implicam limites ao seu crescimento real. Essas restrições decorrem da interação de elementos reais e financeiros, que acabam por criar círculos viciosos que só podem ser rompidos parcialmente pela ação do Estado. Isso decorre da exogeneidade parcial do Estado, que muitas vezes tem seus instrumentos de política capturados por mecanismos privados, e que terminam por desvirtuar seus instrumentos de política econômica. A experiência brasileira demonstra que mecanismos de política econômica que pareciam apropriados para combater os desequilíbrios regionais terminaram por reforçá-los, e por redirecionar parte dos benefícios dessas políticas para as regiões centrais.

3.5 A Relação Entre Reservas e Depósitos e a Preferência pela Liquidez dos Bancos

Como observamos na seção referente ao marco teórico aqui adotado, as reservas são uma variável fundamental no estágio 2 do desenvolvimento do sistema bancário. Uma vez superado esse momento, elas perdem relevância analítica, dado que não limitam, em termos absolutos, a extensão de crédito. Contudo, essa variável ainda é observada pelos bancos quando estendem crédito, no sentido de julgar se os créditos estão ou não gerando novos depósitos. Se a resposta for negativa, os bancos provavelmente procurarão mudar o rumo da extensão de crédito com a finalidade de captar mais depósitos no mercado.

O nível de reservas mantidas pelos bancos tem dois componentes principais: as reservas compulsórias, estabelecidas pelo Banco Central, e as reservas voluntárias, estabelecidas pelas expectativas dos bancos.

A legislação bancária brasileira acerca das reservas compulsórias sempre considerou a questão regional. Contudo, esse aspecto foi sendo enfatizado com o passar do tempo e, em 1962, já se estabeleciam níveis de reservas/depósitos diferenciados para as diversas regiões do País. Em 1980 a legislação passa a estabelecer reservas diferenciadas também para pequenos, médios e grandes bancos, e isso também era consequência de se observar o comportamento desses bancos como sendo diferenciado em relação à retenção de liquidez. Enfim, nota-se uma clara tendência da autoridade monetária em reduzir os níveis das reservas compulsórias das instituições periféricas como forma de facilitar a extensão de crédito por instituições que operam nessas regiões. Ou seja, o Estado estaria agindo na contramão do que seria o comportamento natural dos agentes e, com isso, estaria procurando quebrar parte dos círculos viciosos criados pela lógica privada no que se refere ao comportamento financeiro.

Em termos de reservas voluntárias, se considerarmos o total dos bancos poderemos observar que na periferia estes tendem a manter maiores relações reservas/depósitos, o que está perfeitamente de acordo com o modelo teórico, que prevê uma maior preferência pela liquidez dos bancos na periferia do que no centro (Tabela 8). Assim, a política de permitir menores relações entre reservas compulsórias e depósitos aos bancos que operam na periferia é uma forma de contrabalançar a tendência que se observa em termos de reservas voluntárias. Embora os bancos, depois do estágio 2 do desenvolvimento bancário, não estejam mais limitados pelo volume de suas reservas, essa variável é analiticamente importante porque reflete a preferência pela liquidez dos bancos e a confiança com que eles formam suas expectativas na região. Bancos que têm pouca confiança em suas expectativas, por conta do caráter remoto da base de informações ou por conta da maior incerteza da região em que eles estão atuando, tendem a manter maiores relações reservas/

depósitos e são mais cuidadosos ao estender crédito. Concomitantemente, bancos que esperam baixos níveis de redepósitos, ou seja, altos níveis de vazamentos de reservas, vão também limitar a extensão de crédito. Como vimos anteriormente, os bancos da periferia confrontam-se com esses dois tipos de situação e, portanto, têm motivos que se superpõem para manterem maiores reservas. Os mais altos níveis de reservas mantidos pelos bancos tendem a ter impactos importantes no que tange aos multiplicadores monetários.

TABELA 8 - RAZÃO RESERVAS VOLUNTÁRIAS/DEPÓSITOS EM RELAÇÃO AO BRASIL

	1960	1970	1985
Nordeste	1.214	1.248	2.894
Sudeste	1.096	1.051	0.853
São Paulo	1.067	1.076	0.990

Fonte: AMADO (1995).

3.6. O Sistema BNDES e as Regiões

O sistema BNDES tem sido um dos mais importantes mecanismos de financiamento de longo prazo da economia brasileira, tanto em termos de investimento quanto de infra-estrutura. Apesar de não fazer parte do sistema monetário nacional, o BNDES tem um importante papel na disponibilidade de *finance* e de *fundings* para o sistema bancário em geral, dado que há certos bancos que agem, sobretudo, como repassadores dos recursos dessa instituição. Esse é caso típico de bancos como BNB e BASA.¹⁰

Em relação à distribuição regional dos fundos dessa instituição, podemos observar que no período de industrialização pesada (1955/60) os seus recursos concentravam-se sobretudo na região Sudeste e especialmente em São Paulo. Contudo, após os anos 70 observa-se uma relativa desconcentração dos fundos, especialmente em relação ao Nordeste e Sul, a qual foi intensificada depois de 1985 (Tabela 9). Esse processo foi, porém, ocasionado por elementos de política econômica e não pela lógica privada, e por esse motivo não tem porque ajustar-se às explicações desenvolvidas no modelo teórico.

10. A acentuação dessa função ocorreu em períodos mais recentes.

TABELA 9 - EMPRÉSTIMOS AUTORIZADOS PELO BNDES (%)

	1952/65	1970	1985	1990
Norte	0,93	0,58	6,59	9,93
Nordeste	3,83	14,55	20,33	21,77
deste	86,40	67,07	52,49	44,89
Paulo	53,35	37,98	25,69	22,17
2,57	16,12	14,27	19,75	Centro Oeste
3,16	1,67	6,32	3,67	Brasil
100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte: *Anuário Estatístico*, IBGE.

3.8 Diferenciais Regionais da Taxa de Juros

O modelo teórico com o qual estamos trabalhando demonstra que as economias centrais e periféricas têm diferenças estruturais profundas e essas diferenças levam a comportamentos financeiros bastante diversos. Os elementos que influenciam as decisões financeiras dos agentes levariam a taxas de juros mais elevadas na periferia do que no centro, dada a maior preferência pela liquidez e maior incerteza dessas economias. A análise dos diferenciais de juros em termos regionais, no Brasil, é algo problemática, em virtude da falta de dados. Recorremos, então, como uma *proxy*, aos níveis dos *spreads* que o BNDES permite aos bancos, quando operando como repassadores de seus recursos. Podemos verificar que as taxas de juros totais cobradas pelo banco sobre seus fundos é mais baixa nas regiões periféricas. Isso, contudo, diz respeito apenas ao elemento de política econômica. Todavia, quando se trata do elemento de incentivo aos bancos repassadores de seus fundos, este é maior na periferia do que no centro, o que vem mostrar que os bancos tendem a cobrar maiores juros quando estão operando na periferia do que no centro (Tabela 10 e Tabela 11).

TABELA 10 - TAXA DE JURO EM REPASSES DE FUNDOS DO BNDES PARA FINS INDUSTRIAIS, 1980 (%)

Região	Pequenas e Médias Empresas		
	BNDES	Spread	Custo Final
I	0,5	3	3,5
II	5	2,5	7,5
III	6	2,5	8,5

Região	Grandes Empresas		
	BNDES	Spread	Custo Final
I	8	3	11
II	9,5	2,5	12
III	9,5	2,5	12

Região I: AM, PA, AC, RO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, MT, MS, GO, Polígono das Secas, Território Amapá, RO, Fernando de Noronha.

Região II: Outros Estados.

Região III: São Paulo.

Fonte: BNB/DESIN.

TABELA 11 - TAXAS DE JURO DOS REPASSES DE FUNDOS DO BNDES PARA FINS INDUSTRIAIS, 1985 (%)

Região	Investimento e Ajuste e Saneamento Financeiro		
	BNDES	Spread	Custo Final
I	1	4	5
II	4	3	7
III	6,5	2,5	9

Região	Capital de Giro		
	BNDES	Spread	Custo Final
I	3,5	3	6,5
II	6	2,5	8,5
III	8	2	10

Região I: AM, PA, AC, RO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, MT, MS, GO, Polígono das Secas, Territórios do Amapá, RO e Fernando de Noronha.

Região II: Outros Estados.

Região III: São Paulo.

Fonte: BNB/DESIN.

Finalmente, cabe ressaltar que as restrições de crédito não devem ser analisadas apenas no que tange a preços (juros), mas também no que respeita a quantidades. Esse tipo de análise é, contudo, muito mais complexo, uma vez que essa restrição não pode ser mensurada somente em termos de solicitações de empréstimos recusadas, mas também deveria incorporar as solicitações que não foram feitas porque o solicitante sabia, antecipadamente, que a solicitação seria recusada. Esse fenômeno é particularmente verdadeiro quando se analisa o caso das regiões periféricas, em que o setor informal é maior. Por definição, o setor informal está

fora da atuação do setor financeiro.¹¹ Como observamos anteriormente, o setor informal é extremamente importante nas economias periféricas, especialmente em termos de absorção de mão-de-obra e, como ele não tem acesso ao sistema financeiro, tende a estar permanentemente sob restrições financeiras. Assim, quanto mais pobre a região, maiores as restrições disfarçadas de crédito, restrições estas que não podem ser mensuradas, mas que são extremamente importantes e perversas. Infelizmente, no Brasil não há dados acerca das restrições quantitativas de crédito, nem das explícitas (solicitações recusadas) nem das antecipadas.

CONCLUSÃO

Apesar da precariedade dos dados disponíveis sobre o sistema financeiro em nível regional, pudemos observar que as regiões periféricas possuem uma dinâmica monetária que efetivamente entrava seu crescimento. Dadas as características estruturais das mesmas e suas relações com as economias centrais, observamos que o comportamento privado dos agentes acaba gerando círculos viciosos, que não dizem respeito apenas às variáveis reais, como observa a grande maioria das análises, mas esses círculos viciosos têm rebatimentos financeiros e mesmo têm parte de suas fontes nas relações que os agentes têm com a moeda. As mudanças estruturais induzidas pela atuação do Estado foram incapazes de romper esses círculos e acabaram gerando um novo padrão de dependência das economias periféricas em relação às economias centrais, o que permitiu a perpetuação dos elementos que fazem do sistema financeiro um elemento não funcional ao crescimento dessas economias. Contudo, longe de dizermos que o problema da dinâmica financeira regional localiza-se na atuação do Estado, sugerimos que a atuação deste deva se dar de forma orquestrada nos diversos níveis de sua política (política monetária, política fiscal e política industrial) de maneira a que os círculos viciosos que perpetuam as desigualdades regionais possam ser rompidos. Isso, efetivamente, só nos parece possível por meio da atuação do Estado enquanto elemento, ainda que parcialmente, exógeno.

11. Atualmente alguns bancos estaduais estão abrindo linhas de crédito de pequeno montante, que visam o setor informal. O principal objetivo desses novos esquemas de crédito tem sido a geração de emprego e renda nos estratos mais baixos da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, A. M. *Disparate regional development in Brazil: a monetary production approach*. Tese de doutorado não publicada, Londres: Universidade de Londres, University College London, 1995.
- ARAÚJO, T. B. Crescimento industrial do Nordeste: para quem e para que. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, v. 8, n. 1, 1981.
- BOUZAN, A. Concentração e economias de escala nos bancos comerciais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 3, 1973.
- CHICK, V. The evolution of the banking system and the theory of saving, Investment and interest. *Economies et Societes*, v. 20, Serie Monnaie et Production, 1986.
- _____. & DOW, S. C. Post-keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In: ARESTIS, P. (ed), *Post Keynesian monetary economics*. Elegg, Aldershot, 1988.
- CORRÊA, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 2, 1989.
- DOW, S. C. The regional composition of the money multiplier process. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 19, n. 1, 1982.
- _____. The treatment of money in regional economics. *Journal of Regional Science*, v. 27, n. 1, 1987.
- _____. *Financial markets and regional economic development: the Canadian experience*. Aldershot, Avebury, 1990.
- MARQUES, N. F. S. *A concentração bancária brasileira no período pós-1964*. Tese de mestrado não publicada, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1982.
- _____. A concentração do capital bancário no Brasil (1964-1984). *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, v. 11, n. 34, 1985.
- MENDES, A. L. *Concentração e desintermediação financeira no Brasil: (1964-1986)*. Tese de mestrado não publicada, Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- MOREIRA, R. M. A concentração bancária e a conglomeração financeira. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, v. 10, n. 32, 1984.
- ROLIM, C. F. C. *et alii*. Saldo comercial, transferências governamentais e movimento de capitais inter-regional. *Estudos Econômicos*, v. 26, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 1996.
- TOBIN, J. The commercial banking firm: a simple model. *The Scandinavian Journal of Economics*, v. 84, n. 4, 1982.

A autora agradece os comentários da Professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. (Recebido em janeiro de 1997. Aceito para publicação em junho de 1997).